

A POLÍTICA E OS NEGÓCIOS

por Mário Soares

1. Na semana passada a imprensa de fim de semana - e as televisões e rádios - deram bastante destaque à questão da separação - óbvia - entre a política e os negócios. Chamou a atenção para o enriquecimento ilícito, de certos políticos, considerado crime de corrupção, pela Convenção da ONU, que o Parlamento português ratificou, por unanimidade, em Julho de 2007. Lembraram a actualidade das propostas do ex-deputado João Cravinho, contra a corrupção, as quais, por razões jurídicas, quanto ao ónus da prova, não foram por diante, até agora, reclamando a necessidade de uma maior transparência, quando certos políticos deixam postos governamentais e saltam para as administrações de empresas, dependentes de subsídios estatais.

Trata-se de um problema de ética política e também jurídico, de um ilícito criminal, se assim for definido pela Lei, de primeira importância para o bom funcionamento das instituições democráticas. Já os romanos diziam "que à mulher de César, não basta ser séria: é preciso também parecê-lo"...

Com efeito, em sociedades de opinião livre, nada faz pior ao prestígio das instituições do que os rumores correntes de que os políticos querem ocupar os lugares "para se encherem", tratar dos seus interesses e enriquecerem.

Numa fase mundial de crise financeira, com tantas irregularidades e falências bancárias - e o espectro de uma recessão generalizada - com a subida dos preços das matérias primas e dos produtos alimentares, que se reflecte no aumento do custo de vida, o slogan de um velho e conhecido político brasileiro, de há cinquenta anos, "rouba, mas faz", já não convence ninguém.

As Nações Unidas acabam de definir como um desafio inédito "as revoltas da fome", que eclodiram em vários países e ameaçam generalizar-se ao mundo global e mediatizado em que vivemos.

A I República (1910-26) poderá ter cometido muitos erros. Mas os seus políticos mais conhecidos foram todos impecavelmente sérios: morreram pobres, mesmo os que eram ricos de origem, como Bernardino Machado, Teixeira Gomes ou José Relvas. Existia a sanção moral da ética republicana. Em grande parte, por isso, o ideal republicano pôde sobreviver aos quarenta e oito anos de Ditadura.

No consulado de Marcelo Caetano, quando o economicismo começou a avançar na sociedade portuguesa, o saudoso Raul Rego publicou um folheto, em edição do Autor - os políticos e o poder económico - em 1969, no qual denunciava o conúbio de certos políticos do marcelismo com os bancos e as grandes empresas indicando os seus nomes e comparando com a integridade moral dos políticos republicanos. Teve um efeito devastador.

A nossa II República, que começou com a Constituição de 1976, ainda felizmente em vigor, embora com naturais Revisões, na sua primeira fase, foi construída com muito idealismo e desinteresse pessoal dos políticos, de todos os partidos. Depois chegou-nos a vaga neo-liberal, que contaminou a Europa, mesmo alguns socialistas, criando-se, tacitamente o "centrão dos negócios" entre políticos, os lobbies, os conúbios entre Estado, bancos e empresas, numa palavra: as negociatas...

Agora que o modelo neo-liberal está gasto - e conduziu a América e o Mundo ao desastre que está à vista - é tempo de voltarmos ao idealismo, na política, aos valores éticos e aos grandes ideais. Por forma clara, adoptando as disposições legais necessárias. Mas também, para vencer a crise com que nos confrontamos. Realmente, um político, não basta ser sério. É essencial, também, parecê-lo. Para superar o descontentamento, o desgaste da política e dos partidos e eventuais revoltas que ameaçam instalar-se...

2. Um bom entendimento. Vi e ouvi a Senhora Ministra da Educação comentar o entendimento a que chegou com o Sindicato dos Professores. Gostei da forma clara, inteligente e moderada como se expressou. Vi e ouvi também o líder dos Sindicatos, Mário Nogueira: firme, mas razoável. Não houve acordo - disse - mas houve um entendimento. Muito bem! Quer dizer que o

diálogo vai continuar. Excelente notícia. É a falar que as pessoas se entendem. Os tempos estão difíceis e a política do "quanto pior, melhor" não leva a parte alguma.

3. Participei no passado fim de semana no "VI Seminário Luso-Espanhol de Periodistas", nas Termas de Monfortinho. Gostei de lá estar. Um ambiente acolhedor, cordialíssimo, com mais espanhóis que portugueses e intervenções de grande qualidade. A Câmara de Idanha-a-Nova caprichou em mostrar o seu património artístico e cultural (Idanha-a-Velha e Penha Garcia), as suas belezas naturais e em descrever o Parque Natural da Meseta Meridional, com seiscentos milhões de anos de vestígios geológicos para mostrar.

Entre as intervenções destaco a do cineasta António Pedro Vasconcelos que propôs a criação de uma televisão luso-espanhola, à semelhança da Arte, para França e a Alemanha. Uma ideia a não esquecer...

Lisboa, 15 de Abril de 2008